

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Diego Pereira Winter

**MAPEAMENTO DAS NECESSIDADES DOS ADMINISTRADORES
CATARINENSES: SUBSÍDIOS PARA A CÂMARA DE FINANÇAS E
MERCADOS DO CRA-SC**

Florianópolis

2026

Diego Pereira Winter

**MAPEAMENTO DAS NECESSIDADES DOS ADMINISTRADORES
CATARINENSES: SUBSÍDIOS PARA A CÂMARA DE FINANÇAS E
MERCADOS DO CRA-SC**

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD
7305 como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Administração pela Universidade
Federal de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico – Artigo

Área de concentração: Finanças

Orientador(a): Prof. Dra. Ana Luiza Paraboni

Florianópolis

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela
BU/UFSC. Dados inseridos pelo próprio autor.

Winter, Diego Pereira

MAPEAMENTO DAS NECESSIDADES DOS ADMINISTRADORES
CATARINENSES : SUBSÍDIOS PARA A CÂMARA DE FINANÇAS E
MERCADOS DO CRA-SC / Diego Pereira Winter ; orientadora,
Ana Luiza Paraboni, 2026.

35 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Administração, Florianópolis,
2026.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Finanças. I. Paraboni, Ana Luiza.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Administração. III. Título.

Diego Pereira Winter

**MAPEAMENTO DAS NECESSIDADES DOS ADMINISTRADORES
CATARINENSES: SUBSÍDIOS PARA A CÂMARA DE FINANÇAS E
MERCADOS DO CRA-SC**

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela
Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de junho de 2026 .

Avaliadores:

Prof.^a Cindy Johanna Ibarra González, Dr.^a.
Coordenadora de Trabalho de Curso



Documento assinado digitalmente

Ana Luiza Paraboni

Data: 03/07/2026 11:45:58-0300

CPF: ***.031.270-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a Ana Luiza Paraboni, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Talita da Silva Andrade
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Christine Duarte do Valle Pereira
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

O estudo analisa o nível de conhecimento, atitude e comportamento financeiros dos administradores registrados no CRA-SC, além de identificar suas necessidades de capacitação para subsidiar a atuação da Câmara de Finanças e Mercados. A pesquisa destaca a importância da educação financeira no contexto profissional e apresenta o papel dos conselhos no Brasil, a estrutura do CRA-SC e suas Câmaras Setoriais como instrumentos de desenvolvimento. Também discute a alfabetização financeira a partir de conhecimento, atitude e comportamento, evidenciando sua relevância para a gestão. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa aplicada, descritiva e quantitativa, com levantamento realizado por questionário enviado aos administradores ativos. Os resultados visam orientar ações de formação e fortalecer a atuação do Conselho.

Palavras-chave: educação financeira; administradores; CRA-SC; alfabetização financeira; pesquisa quantitativa.

ABSTRACT

The study analyzes the level of financial knowledge, financial attitudes, and financial behavior of administrators registered with CRA-SC, in addition to identifying their training needs to support the work of the Chamber of Finance and Markets. The research highlights the importance of financial education in the professional context and presents the role of councils in Brazil, the structure of CRA-SC, and its Sectoral Chambers as instruments of development. It also discusses financial literacy based on knowledge, attitude, and behavior, highlighting its relevance for management. Methodologically, it is characterized as applied, descriptive, and quantitative research, with a survey conducted through a questionnaire sent to active administrators. The results aim to guide training actions and strengthen the Council's performance.

Keywords: financial knowledge; administrators; CRA-SC; financial literacy; quantitative research.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente econômico contemporâneo é caracterizado por rápidas transformações nos mercados e pela intensificação da competitividade, exigindo que os profissionais de Administração estejam preparados para lidar com desafios que extrapolam as práticas tradicionais de gestão. Nesse contexto, a educação financeira surge como elemento estratégico, influenciando tanto o planejamento pessoal quanto a tomada de decisão nas organizações.

No Brasil, pesquisas recentes evidenciam a relevância da temática, mostrando que a educação financeira influencia diretamente as decisões pessoais de investimento, promovendo maior consciência sobre riscos (Lopes et al., 2023). A ausência de educação financeira gera impactos visíveis, pois indivíduos com baixos níveis de alfabetização financeira tendem a recorrer com maior frequência a empréstimos informais (Santos; Mendes-da-Silva; Gonzalez, 2018). No âmbito organizacional, a gestão financeira também é determinante, pois fatores como a incerteza política podem elevar o custo da dívida corporativa, demandando cautela no momento de contrair financiamentos (Souza; Barbosa, 2024).

Diante desses cenários de incerteza, o administrador ocupa um papel central, sendo o responsável por tomar decisões estratégicas e assumir riscos que podem impactar tanto a empresa quanto sua própria trajetória profissional. Para os administradores, a educação financeira não se limita ao domínio técnico, mas sustenta práticas de gestão eficazes, desde a análise de viabilidade de projetos até o planejamento estratégico organizacional (Carvalho; Silva; Nunes, 2025).

A necessidade de atualização contínua torna-se ainda mais evidente quando se observam lacunas significativas nas grades curriculares de cursos de Administração, onde a temática da educação financeira ainda recebe pouca atenção (Batinga; Duda, 2021). Além disso, questões contemporâneas, como as finanças comportamentais (que investigam a influência de vieses cognitivos nas decisões de investimento e crédito) e a análise de riscos em contextos instáveis, ampliam a complexidade da atuação do administrador e reforçam a importância do tema (Silva; Souza, 2019; Silva; Dacorso, 2014).

De acordo com a OCDE (2023a), o conhecimento financeiro é a compreensão de conceitos financeiros essenciais e a habilidade de aplicar competências numéricas em contextos financeiros. Isso permite que o indivíduo gerencie finanças, compare produtos e serviços financeiros e reaja a diferentes situações que afetam seu bem-estar financeiro. Já a atitude financeira se refere à condição, opinião ou avaliação de um indivíduo em relação ao dinheiro, o que se reflete em, ou orienta, seu comportamento (Suka et al., 2022). Por fim, o comportamento financeiro é o conjunto de ações práticas e recorrentes envolvidas na gestão cotidiana do dinheiro, refletindo a aplicação do conhecimento e das habilidades financeiras em situações reais (Mancone et al., 2024). Com isso, indivíduos que apresentam elevados níveis de conhecimento, atitude e comportamento financeiro são considerados financeiramente alfabetizados, pois são capazes de tomar decisões eficazes em diferentes contextos financeiros, visando à melhoria do bem-estar financeiro próprio e da sociedade como um todo (OCDE, 2024).

No cenário nacional, diversas iniciativas públicas vêm buscando aplicar esses princípios, como o programa Na Ponta do Lápis, criado pelo Ministério da Educação em 2025, voltado à formação financeira, fiscal, previdenciária e securitária de estudantes (Brasil, [s.d.]), e o Programa Desenrola Brasil, de 2023, que além de permitir a renegociação de dívidas, incentiva práticas de consumo responsável e de planejamento

orçamentário

(Brasil,

[s.d.])b).

No estado de Santa Catarina, reconhecido pelo dinamismo econômico e pela diversidade setorial, o Conselho Regional de Administração vem ampliando suas iniciativas com a criação da Câmara de Finanças e Mercados (CRA-SC, 2025e). Essa câmara busca promover capacitação em finanças e desenvolver competências estratégicas essenciais para o fortalecimento da profissão.

Entretanto, observa-se que a Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC, por se tratar de uma iniciativa recém-criada e pioneira no estado, enfrenta o desafio de estruturar suas ações de forma efetiva. Ainda existem muitas incertezas sobre quais atividades desenvolver, como alcançar seu público-alvo de maneira eficiente e como atender de forma concreta às necessidades dos administradores catarinenses. Essa ausência de dados objetivos limita a capacidade da Câmara de planejar ações assertivas e de gerar impacto real na formação e na prática profissional dos administradores.

Além disso, estudos mostram que, mesmo em países desenvolvidos, os níveis de alfabetização financeira da população são considerados baixos (OCDE, 2020), o que reforça a importância de avaliar o grau de conhecimento do público-alvo. Compreender esse nível é fundamental para identificar quais propostas de educação financeira são necessárias e viáveis de serem implementadas, garantindo que as ações sejam adequadas às reais necessidades dos indivíduos e contribuam efetivamente para a melhoria de sua gestão financeira.

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar o perfil, os interesses de capacitação e os níveis de alfabetização financeira dos administradores registrados no CRA-SC, considerando as dimensões de conhecimento, atitude e comportamento financeiro, a fim de subsidiar estratégias de capacitação para a Câmara de Finanças e Mercados.

Esse objetivo geral se desdobra em objetivos específicos que envolvem: caracterizar o perfil sociodemográfico e profissional dos administradores respondentes; identificar os principais desafios financeiros e o nível de envolvimento com investimentos dos participantes; mapear os temas de interesse, os formatos preferidos e as condições de disponibilidade para ações de capacitação; avaliar a alfabetização financeira dos respondentes a partir das dimensões de conhecimento, atitude e comportamento financeiro; e, por fim, propor estratégias de capacitação alinhadas aos resultados da pesquisa e às necessidades identificadas entre os administradores registrados no CRA-SC. Essa organização permite compreender o contexto das ações institucionais, relacionar o conhecimento prévio dos profissionais com seus perfis e, a partir disso, orientar de forma mais eficaz as iniciativas de formação.

A relevância deste estudo está na oportunidade de contribuir para a estruturação da Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC, fornecendo subsídios para que a Câmara planeje ações de capacitação, suporte e fortalecimento da categoria. Além de gerar valor prático ao fornecer informações concretas para a atuação do CRA-SC, a pesquisa também agrega valor científico ao aprofundar a compreensão sobre a relação entre educação financeira e práticas de gestão no campo da Administração.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 História dos conselhos profissionais no Brasil

A regulamentação das profissões no Brasil intensificou-se a partir da década de 1930, através da criação dos conselhos profissionais, destinados a disciplinar, fiscalizar

e zelar pela ética no exercício das atividades consideradas essenciais para a sociedade (Brasil, 2014). A criação desses conselhos visava assegurar que apenas os indivíduos devidamente preparados, através de formação acadêmica ou técnica adequada, pudessem exercer as atividades profissionais, assim, garantindo a proteção da sociedade e assegurando a qualidade dos serviços prestados (Conselho Federal de Contabilidade, 2019).

O primeiro conselho a ser criado foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no dia 18 de novembro de 1930, pelo Decreto nº 19.408, assinado por Getúlio Vargas. Nas décadas seguintes outros conselhos foram fundados, como o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA / CREA), seguido por conselhos da área da saúde, contabilidade, administração, entre outros.

2.2 Importância dos conselhos profissionais

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça (2019), os conselhos profissionais são considerados autarquias públicas federais dotadas de poder de polícia administrativa, o que significa que possuem o poder de fiscalizar as profissões regulamentadas, inclusive no que diz respeito à cobrança de anuidades e à aplicação de sanções.

A fiscalização do exercício profissional constitui uma medida essencial no que diz respeito à proteção da sociedade, pois é através dessa ação que se pode assegurar a qualidade das atividades regulamentadas. Essa atribuição está diretamente vinculada ao papel dos conselhos profissionais, e para que funcione de maneira correta, torna-se necessário estabelecer de forma clara as funções que competem a esses órgãos.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2019), as principais funções dos conselhos profissionais incluem:

- **Orientar os profissionais sobre o exercício da sua profissão:** ajudando a compreender as práticas adequadas na aplicação da profissão.
- **Zelar pela ética da profissão:** trabalhando para que as condutas profissionais sigam padrões morais éticos e rigorosos.
- **Regular e fiscalizar os limites de atuação:** determinando o alvo de atuação e controlando o cumprimento dessas regras.
- **Registrar, cadastrar e manter dados atualizados sobre os profissionais:** controlando a habilitação e qualificação dos profissionais.
- **Normatizar as diretrizes de cada profissão:** criar regras, resoluções e orientações que conduzem o exercício profissional
- **Exercer poder de polícia, aplicando sanções legais quando necessário:** por possuírem natureza jurídica autárquica, os conselhos profissionais podem aplicar sanções e até mesmo cassar o direito ao exercício da profissão
- **Servir de proteção à sociedade:** assegurando que apenas profissionais habilitados podem exercer determinada atividade, prevenindo possíveis riscos e garantindo a qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, podemos ressaltar que os conselhos profissionais ultrapassam a mera função regulatória, e passam a assumir também um papel fundamental de proteção social e garantia da qualidade, ética e responsabilidade nos serviços que são ofertados à

população. Ao mesmo tempo, promovem a credibilidade, o prestígio e o fortalecimento das categorias que representam, sendo essenciais para garantir a ordem e a confiança nas atividades profissionais no Brasil.

2.3 Histórico de criação do CRA-SC

Entre os diversos conselhos criados nas décadas posteriores à década de 1930, destaca-se a criação do Conselho Federal de Administração, instituído pela Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Sua criação teve como propósito central regulamentar o registro de profissionais e empresas da área, bem como exercer a fiscalização do exercício da profissão (Brasil, 1965).

Antes da criação do CRA-SC, os administradores catarinenses precisavam realizar os seus registros no Conselho Regional do Paraná, o que acabava dificultando o acesso aos serviços de registro e enfraquecia a representatividade local da categoria. A fundação do CRA-SC ocorreu no dia 22 de dezembro de 1982, através da Resolução Normativa CFA nº 44/1982, e marcou uma conquista muito importante, pois trouxe a autonomia e o fortalecimento da profissão em Santa Catarina (CRA-SC, 2022).

Visando potencializar a sua atuação no estado, o CRA-SC estruturou câmaras setoriais, que são responsáveis por fomentar a participação dos profissionais de administração em áreas estratégicas, como administração pública, privada, inovação, protagonismo jovem, valorização feminina, entre outros.

2.4 Câmaras Setoriais

Conforme estabelecido na Resolução Normativa CRA-SC nº 524/2021, que regulamenta as Câmaras Setoriais, elas funcionam como espaços de colaboração, debate e desenvolvimento de projetos que buscam ampliar o alcance do Conselho e reforçar a sua função de promover capacitação, *networking* e a defesa dos interesses dos administradores em âmbito estadual (CRA-SC, 2021).

Atualmente, o CRA-SC conta com diversas Câmaras Setoriais, entre elas: a Câmara Setorial de Administração Pública (CAPub), a Câmara Setorial de Formação Profissional (CFPro), a Câmara Setorial de Administração Privada (CAPri), a Câmara Setorial do Jovem Administrador (CRA Jovem), a Câmara Setorial da Mulher (CM), entre outras (CRA-SC, 2025a).

Como citado anteriormente, as Câmaras Setoriais do CRA-SC exercem um papel fundamental na promoção de ações voltadas à capacitação dos administradores. Por meio da realização de eventos e encontros, essas câmaras consolidam a função educativa e integradora do Conselho, aproximando os profissionais das diferentes áreas de atuação e fortalecendo a identidade da categoria.

Diversas Câmaras se destacam pela oferta de eventos temáticos voltados a públicos específicos, a Câmara de Administração Pública (CAPub), por exemplo, promove ações voltadas à gestão municipal, como o evento “Guia para uma Gestão Pública Municipal Eficaz” e o tradicional “Gestão Pública em Foco”, realizado anualmente em alusão ao Dia do Administrador Público (CRA-SC, [s.d.]b; CRA-SC, [s.d.]a). A Câmara da Mulher (CM) desenvolve projetos de empoderamento e empreendedorismo feminino, como o “Conexão Mulher” e as “Reuniões de Integração CRA-SC Mulher”, frequentemente em parceria com o SEBRAE (CRA-SC, 2025b; CRA-SC, 2024b).

Já o CRA Jovem promove eventos específicos para estudantes e jovens profissionais, como o “CRA-SC Jovem: Conexão Passado, Presente e Futuro da

Administração", realizado em celebração aos 60 anos da regulamentação da profissão (CRA-SC, 2025c). A Câmara Setorial de Administração Privada (CAPri) tem firmado parcerias com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), promovendo palestras como "Gestão de Riscos e *Compliance*" (CRA-SC, 2025d).

Percebe-se que as Câmaras Setoriais do CRA-SC adotam uma ampla variedade de modalidades em suas atividades, demonstrando flexibilidade na forma de promover conhecimento e integração entre os profissionais. Entre essas modalidades estão palestras, transmissões ao vivo pelo canal do YouTube do Conselho, reuniões de integração e eventos de maior porte, como a Convenção Estadual promovida pelo CRA-SC (CRA-SC, 2024a), consolidando o papel das Câmaras como espaços dinâmicos de capacitação e integração profissional.

2.5 Alfabetização Financeira

A alfabetização financeira desempenha papel fundamental na formação de decisões financeiras conscientes, resultado de esforços integrados voltados à promoção de conhecimentos, comportamentos e atitudes saudáveis em relação ao uso do dinheiro (Lusardi; Mitchell, 2023). Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2023a), a alfabetização financeira abrange três dimensões principais: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro, que, juntas, determinam a competência financeira global de um indivíduo.

Conforme o estudo da OCDE (2023b) sobre alfabetização financeira de proprietários de *MSMEs* (*Micro, Small and Medium Enterprises*, ou micro, pequenas e médias empresas), indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a apresentar maior *financial awareness*, ou seja, consciência e compreensão aprofundada de suas situações financeiras, riscos e oportunidades. Além disso, demonstram melhor utilização de produtos e serviços financeiros, o que lhes permite atuar de forma mais eficaz no ambiente econômico e tomar decisões financeiras mais sólidas para a sustentabilidade de seus negócios (OCDE, 2023b).

De acordo com Rosso (2020), o conhecimento financeiro consiste na aptidão para efetuar cálculos matemáticos básicos, como os de juros simples e compostos, e na compreensão de princípios econômicos essenciais ao cotidiano. No contexto brasileiro, Ramalho e Forte (2019) identificaram que níveis mais elevados de conhecimento financeiro estão associados a maior autoconfiança e comportamento financeiro mais responsável entre adultos jovens.

Segundo Kadoya e Khan (2020), a atitude financeira representa a disposição e as crenças dos indivíduos em relação às finanças, especialmente quanto à valorização do planejamento e da segurança financeira futura, estando associada à tendência de priorizar o consumo consciente e evitar o viés do presente, que favorece gastos imediatos em detrimento da poupança para o futuro. Os autores também destacam que fatores demográficos, como gênero e idade, influenciam significativamente a atitude financeira, o que implica a necessidade de estratégias educacionais adaptadas para diferentes perfis.

De acordo com a OCDE (2023a), o comportamento financeiro diz respeito às ações e decisões que os indivíduos tomam em relação ao uso do dinheiro no dia a dia. Ele se manifesta por meio de ações como registrar despesas, elaborar orçamentos, poupar regularmente e buscar informações antes de investir. O Banco Central do Brasil (2021) destaca que o comportamento financeiro consciente está ligado ao fortalecimento da cidadania econômica, pois decisões mais informadas contribuem para a estabilidade

das famílias e para o desenvolvimento sustentável do país.

Percebe-se que essas três dimensões se conectam de forma dinâmica, formando um processo contínuo de aprendizado que influencia diretamente a maneira como as pessoas administram seus recursos, enfrentam imprevistos e planejam o futuro. No campo da Administração, compreender e aplicar os princípios da alfabetização financeira torna-se essencial, já que a gestão eficiente das finanças, tanto pessoais quanto organizacionais, depende não apenas do conhecimento técnico, mas também das atitudes e práticas adotadas no dia a dia. Assim, fortalecer a alfabetização financeira entre os administradores significa promover o desenvolvimento profissional e contribuir para uma gestão mais consciente, sustentável e alinhada ao crescimento econômico e social, aspectos que fundamentam e dão propósito a esta pesquisa.

3. METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos propostos neste estudo, cujo objetivo geral é analisar o perfil, os interesses de capacitação e os níveis de alfabetização financeira dos administradores registrados no CRA-SC, considerando as dimensões de conhecimento, atitude e comportamento financeiro, a fim de subsidiar estratégias de capacitação para a Câmara de Finanças e Mercados. Para isso, são detalhadas a caracterização da pesquisa quanto à sua natureza, a definição da população e da amostra considerada, a apresentação dos instrumentos utilizados na coleta de dados, os procedimentos para coleta e análise dos dados, além dos aspectos éticos envolvidos em todas as etapas metodológicas.

3.1 Classificação da Pesquisa

Para definir e delimitar o tipo de estudo, é essencial classificá-lo conforme seus critérios e características. Essa definição contribui para situar metodologicamente a pesquisa, garantindo maior clareza quanto aos seus objetivos, métodos e procedimentos adotados.

Um dos critérios de classificação é a finalidade da pesquisa, que pode ser caracterizada como básica ou aplicada. A pesquisa denominada básica é aquela que tem como objetivo preencher uma lacuna no conhecimento, enquanto a pesquisa aplicada envolve estudos elaborados com o propósito de solucionar problemas identificados no contexto das sociedades em que os pesquisadores estão inseridos (Gil, 2022). Sendo assim, esta pesquisa pode ser considerada como aplicada, visto que busca analisar o perfil, os interesses de capacitação e os níveis de alfabetização financeira dos administradores registrados no CRA-SC, considerando as dimensões de conhecimento, atitude e comportamento financeiro, gerando subsídios para o planejamento de ações da Câmara de Finanças e Mercados.

Quanto aos objetivos, as pesquisas podem ser classificadas em exploratória, descritiva ou explicativa. Considerando esses aspectos, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, uma vez que tem como objetivo caracterizar o perfil dos administradores que integram o CRA-SC, especialmente no que se refere ao nível de conhecimento em finanças e às práticas de gestão adotadas. De acordo com Gil (2022), as pesquisas descritivas visam descrever as características de determinada população ou fenômeno, podendo também ser desenvolvidas com o propósito de identificar possíveis relações entre as variáveis.

Do ponto de vista da abordagem, as pesquisas podem ser qualitativas, quantitativas, ou mistas. A pesquisa quantitativa é uma abordagem que busca testar

teorias de forma objetiva, analisando a relação entre as variáveis que são geralmente mensuradas por meio de instrumentos que permitem analisar os dados numéricos por meio de procedimentos estatísticos (Creswell; Creswell, 2021). Para Marconi e Lakatos (2017), tal abordagem busca a objetividade e precisão, utilizando instrumentos adequados para mensuração e análise, o que assegura confiabilidade e evita distorções na interpretação. Portanto, este estudo adota abordagem quantitativa, utilizando questionário estruturado com perguntas fechadas para realizar a coleta e análise dos dados expressos numericamente, por meio de técnicas estatísticas para descrever e interpretar os fenômenos investigados.

Já quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados, as pesquisas podem ser classificadas como bibliográfica, documental, estudo de campo, experimental, estudo de caso ou levantamento (*survey*). A pesquisa bibliográfica consiste na investigação de estudos anteriores registrados em livros, artigos e teses, utilizando dados ou teorias já elaboradas (Severino, 2017). O levantamento (*survey*) envolve questionar diretamente um grupo de pessoas sobre determinado comportamento e analisar os dados quantitativamente para obter conclusões. (Gil, 2022). O estudo de campo, por sua vez, consiste na coleta de dados realizada diretamente no ambiente natural do fenômeno (Gil, 2022).

Este trabalho classifica-se primeiramente como pesquisa bibliográfica, por fundamentar-se em referencial teórico sobre o CRA-SC e educação financeira, como pesquisa de levantamento (*survey*), por aplicar questionário a administradores do CRA-SC para coletar dados quantitativos sobre suas características, conhecimentos e práticas e também como estudo de campo, por realizar a coleta de informações diretamente no contexto em que os fenômenos ocorrem.

3.2 População e Amostra

A população considerada neste estudo compreendeu os administradores registrados e em situação ativa no Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA-SC). Esse grupo é formado por profissionais com perfis diversos, atuantes em diferentes setores econômicos e regiões do estado, o que reflete a heterogeneidade e o dinamismo do mercado catarinense. A pesquisa buscou contemplar essa diversidade ao analisar o nível de educação financeira e as práticas de gestão entre os membros do Conselho. A participação foi totalmente voluntária, garantindo-se o sigilo e a confidencialidade das informações coletadas, conforme os princípios éticos aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Levando em consideração o tamanho da população-alvo, optou-se pela utilização do procedimento de amostragem, técnica recomendada para obter uma amostra representativa da população, tornando o levantamento viável (Marconi; Lakatos, 2021). Neste estudo, utilizou-se a amostragem não probabilística por conveniência, em virtude da facilidade de acesso aos respondentes, já que o questionário foi encaminhado pelo CRA-SC aos e-mails de seus membros. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados considerando as limitações próprias da amostragem por conveniência.

Considerando a população de 20.268 administradores registrados no CRA-SC em dezembro de 2025, o cálculo amostral foi realizado com base em nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, parâmetros amplamente utilizados em estudos quantitativos. A partir desses critérios, estimou-se a necessidade mínima de 378 respondentes. A amostra final da pesquisa foi composta por 418 respostas válidas, número superior ao mínimo estimado. Ressalta-se, entretanto, que algumas questões

apresentaram pequenas variações no número de respostas válidas, em razão de itens não respondidos por parte dos participantes.

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento de coleta de dados adotado nesta pesquisa consiste em um questionário estruturado, elaborado com base no modelo aplicado pela Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC em estudos anteriores. O instrumento foi desenvolvido para investigar o nível de conhecimento, as atitudes e os comportamentos financeiros dos administradores registrados no Conselho, além de identificar suas principais demandas de capacitação na área de finanças. As questões foram organizadas de forma a possibilitar uma análise quantitativa dos resultados, contemplando tanto informações sociodemográficas quanto aspectos relacionados à educação e às práticas financeiras dos respondentes.

Quadro 1 - Resumo do instrumento de coleta de dados.

Questões	Objetivo das questões	Base teórica
1 a 4	Identificar o perfil profissional e demográfico dos administradores	Elaborada pelos autores
5 a 8	Identificar as iniciativas e temas de maior interesse para capacitação e suporte profissional.	Elaborada pelos autores
9 a 11	Avaliar o nível de conhecimento financeiro	Lusardi e Mitchell (2008)
12 a 13	Avaliar o nível de atitude financeira	Vieira et al. (2021)
14 a 15	Avaliar o nível de comportamento financeiro	Matta (2007)

O questionário, apresentado no Apêndice A, foi encaminhado aos administradores com o apoio do CRA-SC, o que possibilitou alcançar de forma direta o público-alvo do estudo.

3.4 Aspectos Éticos

A pesquisa foi conduzida observando os princípios éticos aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, especialmente quanto à participação voluntária, ao sigilo das informações e à não identificação individual dos respondentes, sendo o projeto aprovado pelo Comitê de Ética sob o número 95312526.6.0000.0121. O questionário apresentou aos participantes informações sobre a finalidade do estudo e incluiu autorização para o tratamento dos dados fornecidos, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário aos administradores vinculados ao CRA-SC. Ao todo, foram coletados 437 questionários. Após a exclusão de 19 respostas de participantes que não aceitaram participar da pesquisa, obteve-se uma amostra final de 418 respondentes. A partir dessa base, inicia-se a análise dos dados, considerando inicialmente a caracterização do perfil dos participantes.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico e profissional dos respondentes da pesquisa

Variável	Categorias	Frequência	Percentual
Município	Balneário Camboriú	15	3,60%
	Blumenau	21	5,00%
	Brusque	11	2,60%
	Chapecó	23	5,50%
	Criciúma	13	3,10%
	Florianópolis	106	25,40%
	Itajaí	17	4,10%
	Joinville	26	6,20%
	Palhoça	10	2,40%
	São José	26	6,20%
	Outros municípios	150	35,90%
Gênero	Masculino	311	74,80%
	Feminino	105	25,20%
Idade	Até 41 anos	113	27,20%
	De 42 até 48 anos	108	26,00%
	De 49 até 56 anos	95	22,90%
	Mais de 56 anos	99	23,90%
Categoria profissional	Administrador	329	78,70%
	Tecnólogo	18	4,30%
	Técnico em Administração	8	1,90%
	Mestre	24	5,70%
	Doutor	8	1,90%
	Gestor	13	3,10%
	Estudante	3	0,70%
	Outro	15	3,60%

A Tabela 1 sintetiza o perfil sociodemográfico e profissional dos respondentes da pesquisa. A amostra possui maior concentração de participantes no município de Florianópolis, com 106 respondentes, representando 25,40% do total, seguida pela categoria “Outros municípios”, que reúne 150 participantes, sendo equivalente a 35,90% da amostra. Também se destacam os municípios de Joinville e São José, ambos com 6,20% dos respondentes, além de Chapecó (5,50%) e Blumenau (5,00%), o que evidencia a participação de profissionais de diferentes regiões do estado. Esse recorte indica que, embora a capital catarinense tenha participação expressiva, a pesquisa conseguiu alcançar profissionais de diferentes localidades do estado, o que contribui para uma visão mais ampla sobre os administradores vinculados ao CRA-SC.

Em relação ao gênero, verifica-se predominância masculina, com 311 respondentes, o que corresponde a 74,80% da amostra, enquanto o público feminino representa 25,20%. Esse predomínio é consistente com os dados nacionais do Sistema CFA/CRA, nos quais os homens ainda representam maior parcela dos profissionais registrados, indicando que a profissão permanece marcada por um padrão de gênero predominantemente masculino, apesar do avanço gradual da participação feminina (Conselho Federal de Administração, 2023).

Quanto à idade, os respondentes apresentaram idade média de aproximadamente 49 anos. Os dados indicam uma distribuição relativamente equilibrada entre as faixas etárias, com uma leve predominância dos participantes de até 41 anos, que representam 27,20% da amostra, seguidos pela faixa de 42 a 48 anos, com 26,00%. Esse equilíbrio sugere que a pesquisa contempla tanto profissionais mais jovens quanto aqueles com maior tempo de atuação no mercado. Do ponto de vista da educação financeira, essa configuração é relevante, uma vez que estudos realizados no contexto brasileiro apontam que fatores sociodemográficos, como escolaridade, renda individual e renda

familiar, mas especialmente o gênero, estão associados aos níveis de alfabetização financeira, influenciando conhecimentos, atitudes e comportamentos em relação ao dinheiro.

No que se refere à categoria profissional, há uma forte concentração de administradores, com 329 respondentes, o que corresponde a 78,70% da amostra. As demais categorias aparecem em menor proporção, como Mestres (5,70%), Tecnólogos (4,30%), Gestores (3,10%), Técnicos em Administração (1,90%), Doutores (1,90%), Estudantes (0,70%) e Outros (3,60%). Essa predominância de administradores com registro profissional é coerente com o público-alvo da pesquisa e reforça que os resultados apresentados estão alinhados ao perfil identificado na 7ª Pesquisa Nacional Sistema CFA/CRA, na qual também se observa predominância de administradores entre os respondentes (Conselho Federal de Administração, 2023). Em síntese, os resultados indicam uma amostra composta majoritariamente por administradores do gênero masculino, distribuídos entre diferentes regiões de Santa Catarina e de diferentes faixas etárias, configurando um perfil compatível com o observado em levantamentos nacionais da categoria profissional e oferecendo uma base adequada para a interpretação dos resultados posteriores relacionados à alfabetização financeira e aos comportamentos desse grupo.

Tabela 2 – Desafios financeiros e nível de envolvimento com investimentos dos respondentes

Variável	Categorias	Frequência	Percentual
Qual é o seu maior desafio atual relacionado a finanças pessoais ou investimentos?	Estou endividado(a) e busco sair das dívidas	33	7,90%
	Tenho dificuldade em organizar as finanças da minha empresa	9	2,20%
	Consigo pagar minhas contas, mas não consigo poupar ou investir	81	19,40%
	Tenho dinheiro disponível, mas não sei onde ou como investir	25	6,00%
	Já invisto, mas quero aprofundar meus conhecimentos e estratégias	243	58,10%
	Outro	27	6,50%
Qual é o seu nível de envolvimento com investimentos?	Ainda não invisto	55	13,20%
	Invisto de forma básica (ex: poupança, CDB)	200	47,80%
	Tenho investimentos mais avançados (ações, FIIs, etc.)	163	39,00%

A Tabela 2 reúne os principais desafios financeiros dos respondentes e seus níveis de envolvimento com investimentos. No quesito dos maiores desafios relacionados às finanças pessoais ou investimentos, a maior parte dos participantes afirmou que já realiza investimentos, mas gostaria de aprofundar seus conhecimentos e estratégias, totalizando 243 respondentes, o que corresponde a 58,10% da amostra total. Esse resultado indica que, embora muitos profissionais já tenham alguma prática no campo dos investimentos, ainda existe uma demanda significativa por maior qualificação e segurança na tomada de decisões financeiras.

Essa interpretação encontra respaldo na literatura. Marques et al. (2024), ao investigarem o comportamento financeiro de estudantes de graduação, verificaram que indivíduos com maior nível de conhecimento financeiro tendem a apresentar decisões e comportamentos financeiros mais positivos. Embora o contexto do estudo seja distinto, seus achados reforçam a relevância do conhecimento financeiro para a tomada de decisões. Nesse sentido, o elevado percentual de respondentes que afirmam já investir e desejam aprofundar seus conhecimentos pode ser interpretado como um indicativo de

preocupação com a qualificação financeira e com o aprimoramento de suas decisões de investimento. Contudo, esse resultado, por si só, não permite concluir que esses indivíduos apresentem comportamentos financeiros mais adequados, sendo necessárias as análises subsequentes para verificar se esse interesse está efetivamente associado a melhores práticas financeiras.

Outro ponto relevante é que 81 respondentes, o que equivale a 19,40% da amostra, conseguem pagar suas contas, mas não conseguem poupar ou investir. Esse dado demonstra que uma parcela relevante da amostra ainda enfrenta dificuldades para transformar sua organização financeira básica em capacidade de formação de reserva ou investimento. Além disso, 33 participantes (7,90%) afirmaram estar endividados e buscando sair das dívidas, enquanto 25 participantes (6,00%) possuem dinheiro disponível, mas não sabem onde ou como investir. Esses resultados evidenciam diferentes estágios de organização financeira entre os respondentes, variando desde situações de endividamento até perfis que já possuem recursos, mas carecem de orientação.

Quanto ao nível de envolvimento com investimentos, os dados mostram que 200 participantes, o que corresponde a 47,80% da amostra, realizam investimentos de forma básica, como em poupança ou CDB, enquanto 163 respondentes, equivalentes a 39,00%, afirmaram possuir investimentos mais avançados, como ações e fundos imobiliários. Apenas 55 participantes (13,20%) ainda não investem. Dessa forma, os dados indicam que a maior parte dos respondentes já tem algum contato com investimentos. Esse resultado sugere que, embora a maioria dos respondentes já participe do mercado financeiro, o grau de conhecimento e experiência com investimentos pode variar significativamente entre os indivíduos.

De maneira geral, os dados apresentados sugerem que os administradores já possuem algum contato com o tema de finanças e investimentos, mas ainda demonstram a necessidade de ampliar seus conhecimentos e aprimorar suas estratégias financeiras, especialmente diante da crescente complexidade das alternativas de investimento disponíveis no mercado.

Em seguida, a Tabela 3 organiza os temas de maior interesse dos respondentes para futuras ações de capacitação, bem como os formatos preferidos para o consumo desses conteúdos. Como as questões permitiam a seleção de mais de uma alternativa, os percentuais apresentados correspondem à proporção de respondentes que assinalou cada opção, e não a uma distribuição percentual excludente entre as categorias. Esses dados se relacionam diretamente ao objetivo da pesquisa, pois permitem identificar demandas formativas para subsidiar a atuação da Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC.

Tabela 3 – Temas de interesse e formatos preferidos para capacitação financeira dos respondentes (continua)

Variável	Categorias	Frequência	Percentual
Você gostaria de aprender sobre quais temas?	Como sair das dívidas	59	14,10%
	Como começar a investir	95	22,70%
	Psicologia econômica	116	27,80%
	Organização financeira	137	32,80%
	Renda fixa (CDB, LCI, Tesouro Direto, etc.) e renda variável (Ações e FIIs)	231	55,30%
	Planejamento para aposentadoria	176	42,10%
	Renda extra e empreendedorismo	156	37,30%
	Finanças no CNPJ / gestão de empresas	115	27,50%
	Atualidades de macroeconomia para me atualizar na minha vida e empresa	158	37,80%
	Outro	19	4,50%

Tabela 3 – Temas de interesse e formatos preferidos para capacitação financeira dos respondentes (conclusão)

Variável	Categorias	Frequência	Percentual
Como prefere consumir esse tipo de conteúdo?	<i>Lives/palestras online</i>	214	51,20%
	Cursos online	265	63,40%
	Palestras/Oficinas presenciais	129	30,90%
	Materiais escritos (e-books, guias)	208	49,80%
	Outro	9	2,20%

O tema mais selecionado foi renda fixa e renda variável, escolhido por 231 respondentes, o que corresponde a 55,30% da amostra. Em seguida, aparecem planejamento para aposentadoria, com 176 respostas (42,10%), atualidades de macroeconomia, com 158 respostas (37,80%), renda extra e empreendedorismo, com 156 respostas (37,30%), e organização financeira, com 137 respostas (32,80%). A distribuição das respostas indica interesse dos respondentes tanto por conteúdos voltados à ampliação de conhecimentos sobre investimentos quanto por temas ligados ao planejamento financeiro de médio e de longo prazo. A preferência por conteúdos de renda fixa e renda variável sugere que os respondentes buscam aprofundar conhecimentos relacionados à tomada de decisão em investimentos, resultado compatível com o perfil identificado na Tabela 2, na qual a maior parte da amostra já declarou possuir algum nível de envolvimento com investimentos.

A presença do planejamento para aposentadoria entre os temas mais selecionados reforça a relevância do planejamento financeiro de longo prazo. Apesar de ter sido realizado com acadêmicos, o estudo de Broietti et al. (2024) também identificou preocupação com a preparação para a aposentadoria, indicando que o tema é relevante e pertinente em diferentes estágios da trajetória profissional. Dessa forma, a procura por esse conteúdo pode refletir não apenas uma preocupação com o futuro financeiro, mas também o reconhecimento da importância de adotar e buscar estratégias mais estruturadas para a formação de patrimônio e geração de renda no longo prazo.

Por outro lado, os temas mais introdutórios, tais como “como começar a investir” e “como sair das dívidas”, apresentaram percentuais menores, com 22,70% e 14,10%, respectivamente. Esse resultado pode estar relacionado ao perfil observado na tabela anterior, na qual a maior parte dos respondentes afirmou já investir ou possuir algum contato com investimentos. Ainda assim, a presença desses temas demonstra que a amostra não é homogênea, havendo participantes em diferentes estágios de conhecimento e organização financeira. Tal diversidade evidencia a importância de desenvolver iniciativas de capacitação capazes de atender tanto profissionais que estão iniciando sua trajetória nos investimentos quanto aqueles que buscam aprofundar conhecimentos já adquiridos.

Quanto à forma de consumo dos conteúdos, os cursos online aparecem como o formato mais indicado, escolhido por 265 respondentes, o que corresponde a 63,40% da amostra. Também se destacam *lives* e palestras online, com 51,20%, e os materiais escritos, como e-books e guias, com 49,80%. Já as palestras e oficinas presenciais foram escolhidas por 30,90% dos participantes. Para o planejamento das ações da Câmara, os dados indicam a necessidade de priorizar formatos digitais e flexíveis, sem descartar atividades presenciais complementares. Tal preferência é convergente com as orientações da OCDE (2022), que destacam o potencial dos meios digitais para ampliar o alcance das iniciativas de educação financeira e atender públicos com diferentes necessidades e rotinas.

Assim, a tabela evidencia uma demanda por conteúdos práticos, atualizados e acessíveis, especialmente relacionados a investimentos, planejamento financeiro e compreensão do cenário econômico.

Tabela 4 – Preferências de horário e dia para participação em eventos ao vivo

Variável	Categorias	Frequência	Percentual
Qual é o melhor horário para participar de eventos ao vivo?	Manhã	56	13,40%
	Tarde	55	13,16%
	Noite	286	68,42%
	Indiferente	80	19,14%
Qual é o melhor dia para participar de eventos ao vivo?	Segunda-feira	75	17,90%
	Terça-feira	84	20,10%
	Quarta-feira	92	22,00%
	Quinta-feira	83	19,90%
	Sexta-feira	73	17,50%
	Indiferente	181	43,30%

A Tabela 4 demonstra as preferências dos respondentes quanto ao horário e ao dia para participação em eventos ao vivo, contribuindo para orientar o planejamento de futuras ações de capacitação da Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC. O período da noite concentrou o maior número de respostas (286), correspondendo a 68,42% da amostra. Em comparação, os períodos da manhã e da tarde tiveram percentuais bastante próximos, com 13,40% e 13,16%, respectivamente, enquanto 19,14% dos participantes declararam indiferença em relação ao horário.

Essa concentração no período noturno é relevante, pois sugere que os administradores respondentes possivelmente possuem maior disponibilidade fora do horário comercial. Considerando que se trata de um público formado por profissionais ativos, esse dado reforça a importância de estruturar eventos ao vivo em horários compatíveis com a rotina de trabalho dos participantes, o que pode ampliar as chances de adesão e participação efetiva.

O resultado dialoga com o estudo de Cesar e Bruno-Faria (2013), que, ao analisarem cursos de capacitação ofertados em uma instituição federal de ensino superior, identificaram que aspectos como excesso de trabalho e horário das aulas podem interferir na permanência dos participantes nas ações formativas. Embora o público investigado pelas autoras seja diferente do público desta pesquisa, o estudo contribui para reforçar a importância de considerar as condições concretas de trabalho e disponibilidade dos participantes no planejamento das capacitações.

Em relação aos dias da semana, a opção “indiferente” apresentou o maior percentual, com 181 respostas, equivalentes a 43,30% da amostra. Entre os dias específicos, a quarta-feira aparece com a maior preferência, com 92 respostas (22,00%), seguida pela terça-feira, com 84 respostas (20,10%), e pela quinta-feira, com 83 respostas (19,90%). Já a segunda-feira e a sexta-feira apresentaram percentuais menores, com 17,90% e 17,50%, respectivamente. A distribuição das respostas indica que, embora não exista concentração expressiva em um único dia, os dias intermediários da semana parecem ser ligeiramente mais adequados para a realização de eventos ao vivo, possivelmente por representarem períodos de maior estabilidade na rotina profissional em comparação ao início e ao encerramento da semana.

Para o planejamento da Câmara, os dados apontam que as ações de capacitação ao vivo tendem a ter maior potencial de participação se forem realizadas no período da noite, preferencialmente entre terça, quarta ou quinta-feira. Essa adequação é relevante

porque iniciativas de educação financeira precisam considerar não apenas o conteúdo ofertado, mas também as condições concretas de acesso do público-alvo. A tabela oferece um subsídio prático para o planejamento das iniciativas da Câmara, permitindo ajustar temas, formatos e logística dos eventos às condições de disponibilidade dos possíveis participantes.

Tabela 5 – Desempenho dos respondentes nas questões de conhecimento financeiro

Variável	Categorias	Frequência	Percentual
Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Depois de 5 anos, quanto você acha que teria na conta se deixasse o dinheiro crescer?	Mais de R\$102,00	393	94,00%
	Exatamente R\$102,00	6	1,40%
	Menos de R\$ 102,00	15	3,60%
	Não sei	4	1,00%
Imagine que a taxa de juros da sua caderneta de poupança fosse de 1% ao ano e a inflação fosse de 2% ao ano. Após 1 ano, quanto você conseguiria comprar com o dinheiro dessa conta?	Mais do que hoje	16	3,80%
	Exatamente o mesmo	10	2,40%
	Menos do que hoje	387	92,60%
	Não sei	5	1,20%
Por favor, diga-me se esta afirmação é verdadeira ou falsa: Comprar ações de uma única empresa geralmente proporciona um retorno mais seguro do que um fundo de ações.	Verdadeira	17	4,10%
	Falsa	368	88,00%
	Não sei	33	7,90%
Conhecimento financeiro	0 acertos	2	0,50%
	1 acerto	15	3,60%
	2 acertos	70	16,70%
	3 acertos	331	79,20%

A Tabela 5 apresenta o desempenho dos respondentes nas questões de conhecimento financeiro, contemplando noções básicas sobre juros, inflação, poder de compra e diversificação de risco. Essas dimensões correspondem às questões clássicas utilizadas por Lusardi e Mitchell (2014), justamente por envolverem conceitos fundamentais para a tomada de decisões financeiras.

O desempenho dos administradores participantes foi elevado, especialmente na questão relacionada aos juros compostos, em que 393 respondentes, o que corresponde a 94,00% da amostra, assinalaram corretamente que, após cinco anos, o valor aplicado seria superior a R\$102,00. A questão sobre inflação apresentou padrão semelhante: 387 participantes, equivalentes a 92,60% da amostra, compreenderam que, diante de uma taxa de juros inferior à inflação, o poder de compra seria reduzido ao final do período.

Também se verifica um percentual expressivo de acertos na questão sobre diversificação de investimentos. A maioria dos participantes, 368 respondentes, o que equivale a 88,00% da amostra, identificou como falsa a afirmação de que comprar ações de uma única empresa geralmente proporciona retorno mais seguro do que um fundo de ações. Embora o percentual de acertos ainda seja elevado, essa foi a questão com maior proporção de respostas “não sei”, indicada por 33 participantes, o que equivale a 7,90% da amostra. Esse percentual pode indicar que, mesmo entre respondentes com um bom domínio de conceitos financeiros básicos, há uma insegurança maior quando o tema envolve risco e composição de carteiras de investimento. O estudo de van Rooij, Lusardi e Alessie (2011) converge com esse resultado, ao apontar que conceitos como inflação e juros tendem a ser mais amplamente compreendidos, enquanto os temas ligados à diversificação e ao risco apresentam maior dificuldade de entendimento entre os respondentes.

O resultado consolidado do conhecimento reforça essa interpretação, uma vez que 331 respondentes, correspondentes a 79,20% da amostra, acertaram as três questões apresentadas. Além disso, 70 participantes, equivalentes a 16,70%, obtiveram dois acertos, enquanto apenas uma parcela muito reduzida apresentou um baixo desempenho, com 15 respondentes registrando um acerto e 2 respondentes não acertando nenhuma questão. Esses dados indicam que o grupo pesquisado possui um nível elevado de conhecimento financeiro básico, especialmente quando comparado à complexidade mínima exigida pelas questões, que abordam conceitos fundamentais para a tomada de decisões financeiras. Esse desempenho se mostra relevante, porque Lusardi e Mitchell (2014) apontam que, em diferentes países, a proporção de adultos capazes de responder corretamente às três questões básicas de alfabetização financeira costuma ser consideravelmente menor, o que evidencia um resultado positivo entre os participantes desta pesquisa.

A tabela evidencia que os administradores respondentes demonstram familiaridade com conceitos essenciais de educação financeira, sobretudo em relação à rentabilidade, inflação e preservação do poder de compra. Ao mesmo tempo, a existência de dúvidas mais concentradas na questão sobre a diversificação sugere que futuras ações de capacitação podem avançar para temas mais aplicados, como gestão de risco, composição de carteira e tomada de decisão em investimentos. Essa orientação também se justifica porque a literatura indica que o conhecimento financeiro se relaciona a comportamentos financeiros mais adequados, embora não seja o único fator determinante nesse processo (Ramalho; Forte, 2019). Assim, os dados reforçam que o público pesquisado não parte de um nível inicial de conhecimento, mas apresenta condições favoráveis para participar de capacitações mais aprofundadas e estratégicas na área financeira.

Tabela 6 – Atitudes e comportamentos financeiros dos respondentes

Dimensão	Variável	Categorias	Frequência	Percentual
Atitude financeira	Eu tenho a tendência de viver hoje e deixar o amanhã acontecer.	Concordo totalmente	5	1,20%
		Concordo	33	7,90%
		Indiferente	19	4,50%
		Discordo	174	41,60%
	Considero mais gratificante gastar dinheiro do que poupar para o futuro.	Discordo totalmente	187	44,70%
		Concordo totalmente	5	1,20%
		Concordo	25	6,00%
		Indiferente	24	5,70%
Comportamento financeiro	Anoto e controlo os meus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais, caderno de anotações financeiras).	Discordo	180	43,10%
		Discordo totalmente	184	44,00%
		Nunca	15	3,60%
		Raramente	46	11,10%
	Possuo uma reserva financeira maior ou igual a 3 vezes a minha renda mensal, que possa ser usada em casos inesperados (ex.: desemprego).	Às vezes	56	13,50%
		Frequentemente	98	23,60%
		Sempre	201	48,30%
		Nunca	45	10,80%
		Raramente	54	12,90%
		Às vezes	44	10,50%
		Frequentemente	60	14,40%
		Sempre	215	51,40%

A Tabela 6 reúne variáveis relacionadas às atitudes e aos comportamentos financeiros dos respondentes, permitindo observar não apenas a forma como os administradores declaram se posicionar em relação ao uso do dinheiro, mas também

algumas práticas adotadas no cotidiano financeiro. As duas primeiras variáveis correspondem às atitudes financeiras, ao avaliar a tendência de viver o presente e a preferência por gastar em vez de poupar. Já as duas últimas estão associadas ao comportamento financeiro, ao tratar do controle dos gastos pessoais e da existência de reserva financeira para imprevistos. Essa análise conjunta é coerente com a abordagem da OCDE (2023a), que compreende a alfabetização financeira a partir da articulação entre conhecimento, atitudes e comportamentos financeiros.

Quanto às atitudes financeiras, as respostas se concentram em posições contrárias às posturas imediatistas. Na afirmação sobre viver o presente e deixar o amanhã acontecer, 174 respondentes, o que corresponde a 41,60% da amostra, discordaram, enquanto 187, equivalentes a 44,70%, discordaram totalmente. Em conjunto, essas duas categorias representam 86,30% dos participantes. O mesmo padrão ocorre na afirmação de que seria mais gratificante gastar dinheiro do que poupar para o futuro, na qual 180 respondentes (43,10%) discordaram e 184 (44,00%) discordaram totalmente, totalizando 87,10% de rejeição.

Esse conjunto indica uma atitude financeira mais voltada ao planejamento e à valorização da segurança futura, em vez de uma postura centrada no consumo imediato. Essa interpretação dialoga com Ponchio, Cordeiro e Gonçalves (2019), que analisam fatores pessoais associados ao bem-estar financeiro percebido no contexto brasileiro, incluindo aspectos relacionados ao autocontrole, à orientação para poupança e à segurança financeira futura.

No campo dos comportamentos financeiros, os dados também apresentam um padrão relativamente coerente com essa postura. O controle dos gastos pessoais é realizado sempre por 201 respondentes, correspondendo a 48,30% da amostra, e frequentemente por 98 participantes, equivalentes a 23,60%. Assim, 71,90% dos respondentes afirmaram manter algum nível regular de acompanhamento de suas finanças pessoais. Além disso, 215 participantes (51,40%) declararam sempre possuir uma reserva financeira maior ou igual a três vezes a renda mensal, enquanto 60 (14,40%) afirmaram possuir essa reserva frequentemente. Embora ainda exista uma parcela que raramente ou nunca controla seus gastos ou possui reserva financeira, a maioria demonstra práticas associadas à organização financeira e à preparação para situações inesperadas. A relevância dessa variável é reforçada por Babiarz e Robb (2014), que utilizam a capacidade de cobrir pelo menos três meses de despesas como referência para avaliar a adequação da poupança de emergência.

Os dados revelam coerência entre as atitudes declaradas e os comportamentos relatados. A ampla rejeição a afirmações ligadas ao imediatismo financeiro aparece acompanhada de percentuais expressivos de controle de gastos e formação de reserva, compondo um perfil que pode ser interpretado como mais prudente, planejado e orientado ao longo prazo. Para os objetivos da pesquisa, esse conjunto de dados é relevante porque indica que muitos administradores respondentes não apenas reconhecem a importância de poupar e planejar, mas também declaram adotar práticas compatíveis com essa visão.

Ainda assim, os percentuais de respostas “às vezes”, “raramente” e “nunca” nas variáveis comportamentais mostram que há espaço para ações de capacitação voltadas ao fortalecimento de hábitos financeiros mais consistentes, especialmente entre aqueles que ainda não mantêm práticas regulares de controle financeiro ou formação de reserva. Assim, a tabela reforça um perfil geral positivo dos respondentes, ao mesmo tempo em que evidencia oportunidades de aprimoramento para futuras iniciativas de educação financeira.

Em seguida, a Tabela 7 reúne indicadores já analisados anteriormente, de forma a sintetizar, de forma integrada, como os administradores registrados no CRA-SC se posicionam em relação aos principais componentes da alfabetização financeira.

Tabela 7 – Índice de alfabetização financeira dos respondentes

Dimensão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Conhecimento financeiro	0,92	1,00	0,18	0,00	1,00
Atitude financeira	0,80	0,88	0,20	0,00	1,00
Comportamento financeiro	0,73	0,75	0,26	0,00	1,00
Índice de Alfabetização Financeira	0,82	0,83	0,15	0,28	1,00

A Tabela 7 consolida o índice de alfabetização financeira dos respondentes, construído a partir da média das dimensões de conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro. Para isso, no conhecimento financeiro atribui-se 1 para o indivíduo que acertou e 0 para o indivíduo que errou cada questão, permitindo a criação do indicador de conhecimento financeiro. Já na atitude financeira, atribui-se 1 para “concordo totalmente”, 2 para “concordo”, 3 para “indiferente”, 4 para “discordo” e 5 para “discordo totalmente” em cada uma das questões. Com isso, foi possível criar o indicador de atitude financeira. Por fim, para o comportamento financeiro, 1 para “nunca”, 2 para “raramente”, 3 para “às vezes”, 4 para “frequentemente” e 5 para “sempre” em cada uma das questões, permitindo o cálculo do indicador de comportamento financeiro, a partir da média das respostas. Em seguida, optou-se por padronizar os resultados de 0 a 1, permitindo a comparação equilibrada, tendo em vista que o número de questões em cada construto não era exatamente o mesmo.

Essa forma de análise está alinhada à abordagem de Atkinson e Messy (2012), que compreendem a alfabetização financeira como um construto multidimensional, formado pela articulação entre conhecimento, atitude e comportamento financeiro. O índice apresentou média de 0,82 e mediana de 0,83, com desvio padrão de 0,15, indicando um desempenho geral elevado e relativamente concentrado entre os participantes da pesquisa, tendo em vista que, quanto mais elevados os indicadores, ou seja, mais próximos de 1, melhores são os resultados.

Entre as dimensões avaliadas, o conhecimento financeiro apresentou o melhor desempenho, com média de 0,92, mediana de 1,00 e desvio padrão de 0,18. Esse desempenho está alinhado à análise anterior das questões de conhecimento, na qual a maioria dos respondentes demonstrou domínio sobre conceitos básicos de juros, inflação, poder de compra e diversificação.

A mediana igual a 1,00 reforça que pelo menos metade dos participantes alcançou pontuação máxima nessa dimensão, evidenciando que os administradores pesquisados possuem familiaridade com conceitos financeiros fundamentais. O dado é relevante para os objetivos da pesquisa, pois mostra que o público investigado não parte de um nível inicial de conhecimento, mas apresenta uma base favorável para capacitações mais avançadas, especialmente em temas relacionados a investimentos, planejamento financeiro e análise de risco.

As dimensões de atitude e comportamento financeiro também apresentaram resultados positivos, embora inferiores ao conhecimento. A atitude financeira registrou média de 0,80 e mediana de 0,88, sugerindo predominância de uma postura voltada ao planejamento, à poupança e à valorização da segurança futura, em coerência com os dados anteriores, nos quais a maior parte dos respondentes rejeitou afirmações associadas ao imediatismo financeiro.

Já o comportamento financeiro obteve a menor média entre as dimensões, com 0,73, mediana de 0,75 e o maior desvio padrão, de 0,26. Esse ponto merece atenção, pois indica maior variação entre os participantes quando se trata das práticas efetivamente adotadas no cotidiano, como controlar gastos e manter reserva financeira. Essa diferença entre as dimensões é compatível com os achados de Garber e Koyama (2016), que, a partir de dados brasileiros da OECD/INFE 2015, identificaram fatores de conhecimento e atitude capazes de ajudar a prever comportamentos financeiros, sem que isso signifique uma conversão automática do conhecimento em prática.

Assim, embora muitos respondentes demonstrem atitudes adequadas e reconheçam a importância do planejamento, a dimensão comportamental revela que transformar conhecimento e intenção em hábitos financeiros consistentes ainda representa um desafio para parte da amostra. Esse ponto torna-se especialmente relevante diante dos achados de Potrich, Vieira e Paraboni (2025), que identificaram o comportamento financeiro como a dimensão de maior impacto na alfabetização financeira. Nesse sentido, o fato de essa dimensão apresentar a menor média entre os respondentes desta pesquisa configura um ponto de atenção, pois indica que o principal desafio não está apenas em ampliar o conhecimento financeiro, mas em fortalecer a aplicação prática desse conhecimento no cotidiano. Essa leitura reforça que a alfabetização financeira não depende apenas do domínio de conceitos, mas também da capacidade de transformar esse conhecimento em práticas financeiras consistentes.

Os dados sugerem que os administradores participantes apresentam um nível elevado de alfabetização financeira, especialmente em razão do forte desempenho na dimensão de conhecimento. No entanto, a diferença entre saber, acreditar e praticar aparece como um dos achados centrais da tabela. O grupo pesquisado demonstra compreender conceitos financeiros e valorizar atitudes prudentes, mas os comportamentos financeiros apresentam desempenho mais moderado e maior dispersão.

Essa síntese reforça a importância de que as futuras ações da Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC não se limitem à transmissão de conceitos básicos. Nesse sentido, essas iniciativas também podem contemplar atividades voltadas à aplicação prática do conhecimento, ao fortalecimento de hábitos financeiros e ao aprofundamento de estratégias de planejamento e investimento, aspecto convergente com Oliveira e Santana (2019), que, ao analisarem a educação financeira no ambiente de trabalho, observaram relação positiva entre atitude e comportamento e sugeriram ações voltadas à mudança de atitudes. Assim, a tabela consolida os principais achados da pesquisa e aponta que a alfabetização financeira dos respondentes é positiva, mas ainda pode ser aprimorada por meio de capacitações mais práticas, direcionadas e alinhadas ao perfil profissional identificado ao longo do estudo.

Em seguida, parte-se para a proposição de estratégias de capacitação para a Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC. A partir dos resultados obtidos, observa-se que a Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC pode estruturar suas ações de capacitação considerando três elementos principais: o nível de conhecimento financeiro dos respondentes, os temas de maior interesse e as preferências quanto aos formatos de aprendizagem. Os dados indicaram que a maior parte dos administradores participantes já possui algum contato com investimentos e apresentou desempenho elevado nas questões de conhecimento financeiro básico. Dessa forma, as ações da Câmara não precisam se limitar apenas a conteúdos introdutórios, podendo contemplar também formações intermediárias e avançadas.

Uma primeira possibilidade seria a criação de uma trilha de capacitação em educação financeira e investimentos, organizada por níveis. O nível inicial poderia ser voltado aos participantes que ainda não investem, possuem dificuldade para poupar ou

enfrentam problemas de organização financeira. Nesse módulo, os temas poderiam envolver organização do orçamento pessoal, formação de reserva de emergência, controle de gastos, saída do endividamento e primeiros passos nos investimentos. Embora esses temas não tenham sido os mais assinalados pela amostra total, eles permanecem relevantes diante da existência de respondentes que declararam não conseguir poupar, estar endividados ou não saber onde investir.

O nível intermediário concentraria os temas mais demandados pela amostra, especialmente renda fixa, renda variável, planejamento para aposentadoria e diversificação de investimentos. Esse módulo abrangeria conteúdos como funcionamento de CDBs, Tesouro Direto, LCIs, LCAs, ações, fundos imobiliários, relação entre risco e retorno, composição de carteira e planejamento de longo prazo. Essa proposta dialoga diretamente com o resultado de que a maior parte dos respondentes já investe, mas deseja aprofundar seus conhecimentos e estratégias.

O nível avançado, por sua vez, poderia tratar de temas mais estratégicos, como atualidades de macroeconomia, análise de cenários, impactos da taxa de juros e da inflação sobre os investimentos, gestão de risco, finanças no CNPJ e decisões financeiras aplicadas à gestão empresarial. Esse tipo de conteúdo pode ser especialmente relevante para administradores que já possuem maior envolvimento com investimentos ou que atuam em posições de gestão, aproximando a educação financeira das decisões profissionais e organizacionais.

Além da segmentação por níveis, os resultados indicam a importância de trabalhar o comportamento financeiro de forma prática. Embora o conhecimento financeiro tenha apresentado a maior média no índice de alfabetização financeira, o comportamento financeiro foi a dimensão com menor desempenho. Assim, recomenda-se que as capacitações não se limitem à transmissão de conceitos, mas incluam atividades aplicadas, como planilhas de controle financeiro, simulações de carteira, estudos de caso, construção de planejamento financeiro individual e exercícios de definição de metas. Essa abordagem pode contribuir para reduzir a distância entre conhecer conceitos financeiros e aplicá-los no cotidiano.

Quanto ao formato das ações, os dados sugerem prioridade para cursos online, *lives*, palestras online e materiais escritos de apoio, como guias, e-books e *checklists*. Considerando a preferência pelo período noturno, os encontros ao vivo poderiam ser realizados preferencialmente à noite, em dias intermediários da semana, como terça, quarta ou quinta-feira. Como proposta inicial, os cursos poderiam ser organizados em encontros curtos, com duração aproximada de 50 minutos a 1h cada, a fim de facilitar a participação de profissionais ativos. Já os temas mais complexos, como renda variável, aposentadoria e macroeconomia, poderiam ser estruturados em módulos com carga horária total entre 2 e 4 horas, distribuídos em dois ou três encontros.

Também se recomenda que a Câmara adote uma estratégia contínua, e não apenas eventos isolados. Uma possibilidade seria organizar um calendário semestral de capacitações, combinando cursos online mais estruturados, *lives* mensais sobre temas atuais e materiais complementares enviados aos participantes. Dessa forma, a Câmara poderia atender diferentes perfis de administradores, desde aqueles que buscam conteúdos básicos até os que desejam aprofundamento técnico em investimentos, planejamento financeiro e análise de risco.

Portanto, os resultados da pesquisa indicam que a principal contribuição prática do estudo está em oferecer subsídios para a construção de uma trilha de capacitação segmentada, flexível e aplicada. Essa proposta permite que a Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC direcione suas ações com base nas necessidades efetivamente

apontadas pelos administradores, fortalecendo seu papel de formação, atualização profissional e apoio à tomada de decisão financeira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o perfil, os interesses de capacitação e os níveis de alfabetização financeira dos administradores registrados no CRA-SC, considerando as dimensões de conhecimento, atitude e comportamento financeiro, a fim de subsidiar estratégias de capacitação para a Câmara de Finanças e Mercados. De modo geral, considera-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos, pois os dados permitiram caracterizar o perfil dos respondentes, identificar suas principais demandas formativas, avaliar aspectos relacionados à alfabetização financeira e propor estratégias de capacitação alinhadas às necessidades identificadas.

Os resultados indicaram uma amostra composta principalmente por administradores, com predominância do gênero masculino e participação de profissionais de diferentes regiões de Santa Catarina. Em relação aos desafios financeiros, verificou-se que a maior parte dos respondentes já realiza investimentos, mas deseja aprofundar seus conhecimentos e estratégias, o que demonstra uma demanda por capacitações mais aplicadas e voltadas à tomada de decisão financeira. Também foram identificados participantes que não conseguem poupar, estão endividados ou possuem dinheiro disponível, mas não sabem onde investir, indicando diferentes níveis de maturidade financeira entre os respondentes.

Quanto aos temas de interesse, destacaram-se renda fixa e renda variável, planejamento para aposentadoria, atualidades de macroeconomia, renda extra e empreendedorismo, além de organização financeira. Em relação aos formatos, houve preferência por cursos online, *lives*, palestras online e materiais escritos, com maior adequação do período noturno para eventos ao vivo. Esses achados indicam que as ações da Câmara tendem a ser mais efetivas quando combinam conteúdos práticos, formatos flexíveis e horários compatíveis com a rotina profissional dos administradores.

No que se refere à alfabetização financeira, os dados apontaram um desempenho geral positivo. O conhecimento financeiro apresentou o melhor resultado, demonstrando que a maioria dos respondentes compreende conceitos básicos relacionados a juros, inflação, poder de compra e diversificação. As atitudes financeiras também se mostraram favoráveis, com predominância de respostas contrárias ao imediatismo e maior valorização do planejamento e da segurança futura. Já o comportamento financeiro apresentou resultado favorável, mas com média menor em relação às demais dimensões, especialmente em práticas como controle de gastos e formação de reserva financeira. Esse resultado reforça que, embora os administradores participantes apresentem bom nível de alfabetização financeira, ainda há espaço para aprimorar a aplicação prática desses conhecimentos no cotidiano.

A principal contribuição prática do estudo está em oferecer subsídios para que a Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC estruture ações de capacitação mais alinhadas às necessidades identificadas na pesquisa. A proposta apresentada nos resultados indica a possibilidade de organizar uma trilha de capacitação por níveis, contemplando conteúdos introdutórios para participantes em estágio inicial, módulos intermediários voltados a investimentos e planejamento financeiro, e conteúdos mais avançados relacionados à macroeconomia, gestão de risco, finanças no CNPJ e decisões financeiras aplicadas à gestão. Dessa forma, a Câmara pode atender diferentes perfis de administradores, evitando uma abordagem única para públicos com níveis distintos de conhecimento, interesse e experiência financeira.

Como limitações da pesquisa, destaca-se a utilização de amostragem não probabilística por conveniência, a dependência de respostas autorrelatadas e o recorte específico dos administradores registrados no CRA-SC, o que limita a generalização dos resultados para toda a categoria. Ainda assim, o estudo contribui ao oferecer informações práticas para o planejamento de ações formativas, especialmente ao indicar temas prioritários, formatos preferidos e oportunidades de aprimoramento relacionadas ao comportamento financeiro dos respondentes.

Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar os resultados por meio de cruzamentos entre as variáveis já levantadas neste estudo, como município, categoria profissional, nível de envolvimento com investimentos, principais desafios financeiros, temas de interesse e preferências de capacitação. Esse tipo de análise poderia permitir uma compreensão mais detalhada sobre possíveis diferenças entre perfis de administradores. Além disso, estudos posteriores podem incluir novas variáveis, como renda, escolaridade complementar, área de atuação e tempo de experiência profissional, bem como adotar abordagens qualitativas, com entrevistas ou grupos focais, a fim de compreender de forma mais aprofundada as percepções, dificuldades e expectativas dos administradores em relação à educação financeira e às ações da Câmara de Finanças e Mercados do CRA-SC.

Por fim, ressalta-se que a divulgação do instrumento de coleta de dados junto aos profissionais registrados no CRA-SC ocorreu com o apoio institucional do Conselho, em razão da pertinência do tema às atividades da Câmara de Finanças e Mercado. Contudo, a análise dos dados, a interpretação dos resultados e as conclusões apresentadas neste trabalho são de inteira responsabilidade do pesquisador e de sua instituição de ensino, não representando posicionamento, validação ou ingerência do CRA-SC sobre o conteúdo acadêmico desenvolvido.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. Measuring financial literacy: results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study. Paris: OECD Publishing, 2012. (OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n. 15). DOI: 10.1787/5k9csfs90fr4-en. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>. Acesso em: 4 jun. 2026.
- BABIARZ, Patryk; ROBB, Cliff A. Financial literacy and emergency saving. *Journal of Family and Economic Issues*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 40-50, 2014. DOI: 10.1007/s10834-013-9369-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10834-013-9369-9>. Acesso em: 3 jun. 2026.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira 2021. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/rif/relatorio_de_cidadania_financeira_2021.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.
- BATINGA, Georgiana Luna; DUDA, Pedro da Silva. Educação financeira e a formação do administrador: um estudo acerca dos cursos de Administração ofertados pelas universidades federais brasileiras. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/14235>. Acesso em: 28 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4769.htm. Acesso em: 11 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Na Ponta do Lápis. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/na-ponta-do-lapis>. Acesso em: 25 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Desenrola Brasil. Brasília: Ministério da Fazenda, [s.d.]. Disponível em: <https://desenrola.gov.br/novahome>. Acesso em: 25 set. 2025.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Orientações para os conselhos de fiscalização das atividades profissionais. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/2F/52/45/63/F4E0091030E47CF8F18818A8/Orientacao%20para%20os%20Conselhos%20de%20Fiscalizacao%20das%20Atividades%20Profissionais%20_1_.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.
- BROIETTI, Cleber; BACON, Karla Cristina Valério; BARBOSA, Kleber Pinto; MACEDO, Vitória do Nascimento. Nível de educação financeira e perspectiva para a aposentadoria: um estudo com graduandos da área de ciências sociais aplicadas. *ReAC – Revista de Administração e Contabilidade da UNIFAT*, Feira de Santana, v. 15, n. 4 esp., p. 50-60, 2024. Disponível em: <https://reacfat.com.br/reac/article/view/318>. Acesso em: 2 jun. 2026.

CARVALHO, Maria Júlia Nogueira; SILVA, Vânea Duarte Nunes da; NUNES, Edilon Mendes. A importância da educação financeira empresarial. Revista FT, [S. l.], v. 29, ed. 146, 27 maio 2025. DOI: 10.69849/revistaft/ar10202505272032. Disponível em: <https://doi.org/10.69849/revistaft/ar10202505272032>. Acesso em: 28 set. 2025.

CESAR, Cecília Estela Ferreira da Silva; BRUNO-FARIA, Maria de Fátima. Causas da evasão em cursos de capacitação de técnicos em instituição de ensino superior. Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 287-309, jan. 2013. DOI: 10.5007/1983-4535.2013v6n1p287. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n1p287>. Acesso em: 2 jun. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Pesquisa Nacional Sistema CFA/CRA: perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do administrador. 7. ed. Brasília: CFA, 2023. Disponível em: https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2025/02/zPesquisa_Perfil_E01_A4_16122024.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Qual é o papel dos conselhos profissionais? Brasília: CFC, 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/qual-e-o-papel-dos-conselhos-profissionais/>. Acesso em: 11 set. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. Alteração do Regulamento das Câmaras Setoriais: Resolução Normativa CRA-SC nº 524, de 17 de maio de 2021. Florianópolis: CRA-SC, 2021. Disponível em: https://crasc.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Alteracao-Regulamento-Camaras-Setoriais-Revoga-RN-505_2020.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. Câmaras Setoriais. Florianópolis: CRA-SC, 2025a. Disponível em: <https://crasc.org.br/camaras-setoriais>. Acesso em: 11 set. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. Conexão Mulher: fortalece o empreendedorismo e o networking feminino em Joinville. Florianópolis: CRA-SC, 2025b. Disponível em: <https://crasc.org.br/conexao-mulher-fortalece-o-empreendedorismo-e-o-networking-feminino-em-joinville/>. Acesso em: 7 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. CRA-SC completa 40 anos: em momento histórico de modernização, Conselho catarinense completa quatro décadas de atividade. Florianópolis: CRA-SC, 2022. Disponível em: <https://crasc.org.br/cra-sc-completa-40-anos/>. Acesso em: 11 set. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. CRA-SC Jovem: Conexão Passado, Presente e Futuro da Administração – Edição Jubileu de Diamante. Florianópolis: CRA-SC, 2025c. Disponível em: <https://crasc.org.br/evento/cra-sc-jovem-conexao-pasado-presente-e-futuro-da-administracao-edicao-jubileu-de-diamante/>. Acesso em: 2 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. CRA-SC promove Convenção Estadual 2024. Florianópolis: CRA-SC, 2024a. Disponível em: <https://crasc.org.br/cra-sc-promove-convencao-estadual-2024/>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. Gestão de Riscos & Compliance. Florianópolis: CRA-SC, 2025d. Disponível em: <https://crasc.org.br/evento/gestao-de-riscos-compliance/>. Acesso em: 9 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. Gestão pública em foco. Florianópolis: CRA-SC, [s.d.]a. Disponível em: <https://crasc.org.br/evento/gestao-publica-em-foco/>. Acesso em: 2 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. Guia para uma gestão pública municipal eficaz. Florianópolis: CRA-SC, [s.d.]b. Disponível em: <https://crasc.org.br/evento/guia-para-uma-gestao-publica-municipal-eficaz/>. Acesso em: 2 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. Lançamento da Câmara de Finanças e Mercados: por que esta câmara é essencial para o Administrador de hoje? Florianópolis: CRA-SC, 2025e. Disponível em: <https://crasc.org.br/evento/lançamento-da-camara-de-financas-e-mercados-por-que-esta-camara-e-essencial-para-o-administrador-de-hoje/>. Acesso em: 25 set. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA. Reunião entre CRA-SC Mulher e SEBRAE alinha ações para 2025. Florianópolis: CRA-SC, 2024b. Disponível em: <https://crasc.org.br/reuniao-entre-cra-sc-mulher-e-sebrae-alinha-acoes-para-2025/>. Acesso em: 7 out. 2025.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

GARBER, Gabriel; KOYAMA, Sergio Miki. Policy-effective financial knowledge and attitude factors. Brasília: Banco Central do Brasil, 2016. (Working Paper Series, n. 430). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/WorkingPaperSeries/wps430.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

KADOYA, Yoshihiko; KHAN, Mostafa Saidur Rahim. Financial literacy in Japan: new evidence using financial knowledge, behavior, and attitude. Sustainability, [S. l.], v. 12, n. 9, art. 3683, p. 1-15, 2020. DOI: 10.3390/su12093683. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12093683>. Acesso em: 3 nov. 2025.

LOPES, Jhon Deiwison Vargas; SILVA, Cristian Alis; SANTOS, Débora Cristine dos; GARCIA, Bruno Eduardo Slongo. Educação financeira e as decisões de investir. Caderno de Administração, [S. l.], v. 1, n. 17, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/60493>. Acesso em: 28 set. 2025.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. Planning and financial literacy: how do women fare? American Economic Review, [S. l.], v. 98, n. 2, p. 413-417, 2008.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. Journal of Economic Literature, [S. l.], v. 52, n. 1, p. 5-

44, 2014. DOI: 10.1257/jel.52.1.5. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>. Acesso em: 2 jun. 2026.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The importance of financial literacy: opening a new field. *Journal of Economic Perspectives*, [S. l.], v. 37, n. 4, p. 137-160, 2023. DOI: 10.1257/jep.37.4.137. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jep.37.4.137>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MANCONE, S. et al. Youth, money, and behavior: The impact of financial literacy programs. In: *Frontiers in Education*. Frontiers Media SA, 2024. p. 1397060.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

MARQUES, Natan de Souza; FARIA, Aline Mariane de; BASTOS, Felipe José dos Santos; PINTO, Victor Henrique Lana. Conhecimento financeiro em estudantes de graduação: impactos no comportamento financeiro e implicações para a educação superior. *Administração: Ensino e Pesquisa*, [S. l.], v. 24, n. 3, 2024. DOI: 10.13058/raep.2023.v24n3.2430. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/2430>. Acesso em: 1 jun. 2026.

MATTA, R. O. B. Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do distrito federal. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Silvia Franco de; SANTANA, Phillipe Martins. Financial education at workplace. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Niterói, v. 13, n. 1, p. 123-149, 2019. DOI: 10.12712/rpca.v13i1.27693. Disponível em: <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i1.27693>. Acesso em: 4 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OECD/INFE guidance on digital delivery of financial education. Paris: OECD Publishing, 2022. DOI: 10.1787/c980ce2b-en. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/c980ce2b-en>. Acesso em: 2 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OECD/INFE 2023 international survey of adult financial literacy. Paris: OECD Publishing, 2023a. (OECD Business and Finance Policy Papers, n. 39). DOI: 10.1787/56003a32-en. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/56003a32-en>. Acesso em: 30 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Financial literacy and digitalisation for MSMEs in South East Europe. Paris: OECD Publishing, 2023b. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/04/financial-literacy-and-digitalisation-for-msmes-in-south-east-europe_ec642c70/b63091ad-en.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO. OECD/INFE 2020 international survey of adult financial literacy. Paris:
OECD Publishing, 2020. DOI: 10.1787/145f5607-en. Disponível em:
<https://doi.org/10.1787/145f5607-en>. Acesso em: 20 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO. OECD/INFE survey instrument to measure digital financial literacy.
Paris: OECD Publishing, 2024. DOI: 10.1787/548de821-en. Disponível em:
<https://doi.org/10.1787/548de821-en>. Acesso em: 20 set. 2025.

PONCHIO, Mateus Canniatti; CORDEIRO, Rafaela Almeida; GONÇALVES, Virginia Nicolau. Personal factors as antecedents of perceived financial well-being: evidence from Brazil. *International Journal of Bank Marketing*, [S. l.], v. 37, n. 4, p. 1004-1024, 2019. DOI: 10.1108/IJBM-03-2018-0077. Disponível em:
<https://doi.org/10.1108/IJBM-03-2018-0077>. Acesso em: 4 jun. 2026.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; PARABONI, Ana Luiza. Youth Financial Literacy Short Scale: proposition and validation of a measure. *Social Sciences & Humanities Open*, [S. l.], v. 11, art. 101214, 2025. DOI: 10.1016/j.ssaho.2024.101214. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2024.101214>. Acesso em: 4 jun. 2026.

RAMALHO, Thiago Borges; FORTE, Denis. Financial literacy in Brazil: do knowledge and self-confidence relate with behavior? *RAUSP Management Journal*, [S. l.], v. 54, n. 1, p. 77-95, 2019. DOI: 10.1108/RAUSP-04-2018-0008. Disponível em:
<https://doi.org/10.1108/RAUSP-04-2018-0008>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ROSSO, Vagner Fantinel de. O tradicional e o digital: relação entre experiência com produtos financeiros digitais e letramento financeiro de estudantes da UFRGS. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216641>. Acesso em: 5 nov. 2025.

SANTOS, Danilo Braun; MENDES-DA-SILVA, Wesley; GONZALEZ, Lauro. Lower financial literacy induces use of informal loans. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 44-59, 2018. DOI: 10.1590/S0034-759020180104. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/73880>. Acesso em: 28 set. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, A. P. P. S. S.; SOUZA, A. L. Finanças comportamentais e heurísticas: um estudo exploratório sobre os riscos decorrentes da presença de vieses na tomada de decisão em finanças. *Revista Formadores*, [S. l.], v. 12, n. 6, p. 83-110, 2019. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/1093>. Acesso em: 28 set. 2025.

SILVA, Glessia; DACORSO, Antônio Luiz Rocha. Riscos e incertezas na decisão de inovar das micro e pequenas empresas. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 229-255, jul./ago. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ram/a/nvfq6nnFzRKNCyHzBPmFbjC/>. Acesso em: 28 set. 2025.

SOUZA, G. H. D.; BARBOSA, K. S. Incerteza da política econômica no Brasil e o custo da dívida de empresas brasileiras. *Revista Mineira de Contabilidade*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 33-43, 2024. DOI: 10.51320/rmc.v25i2.1540. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1540>. Acesso em: 28 set. 2025.

SUKA, LTRBG; FACHRUDIN, K. A.; SILALAH, A. S. The Influence of Financial Attitude and Financial Socialization Agent on Financial Behavior with Financial Self Efficacy as Moderating Variables (Study on Students Who are Boarding in the City of Medan). *International Journal of Research and Review*, v. 9, n. 1, p. 588-595, 2022

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Jurisprudência em Teses nº 135: Conselhos Profissionais – I. Brasília: STJ, 2019. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/jurisprudencia/jurisprudenciaemteses/Jurisprudencia%20em%20Teses%20135%20-%20Conselhos%20Profissionais%20-%20I.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

VAN ROOIJ, Maarten; LUSARDI, Annamaria; ALESSIE, Rob. Financial literacy and stock market participation. *Journal of Financial Economics*, Amsterdam, v. 101, n. 2, p. 449-472, 2011. DOI: 10.1016/j.jfineco.2011.03.006.

VIEIRA, K. M. et al. Financial Citizenship Perception (FCP) Scale: proposition and validation of a measure. *International Journal of Bank Marketing*, v. 39, n. 1, p. 127-146, 2021.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA

1. Qual é o seu município? _____
2. Qual é a sua categoria profissional?
 - 2.1 () Administrador
 - 2.2 () Tecnólogo
 - 2.3 () Técnico em Administração
 - 2.4 () Mestre
 - 2.5 () Doutor
 - 2.6 () Gestor
 - 2.7 () Estudante
 - 2.8 () Outro: _____
3. Qual é o seu maior desafio atual relacionado a finanças pessoais ou investimentos?
 - 3.1 () Estou endividado(a) e busco sair das dívidas
 - 3.2 () Tenho dificuldade em organizar as finanças da minha empresa
 - 3.3 () Consigo pagar minhas contas, mas não consigo poupar ou investir
 - 3.4 () Tenho dinheiro disponível, mas não sei onde ou como investir
 - 3.5 () Já invisto, mas quero aprofundar meus conhecimentos e estratégias
 - 3.6 () Outro: _____
4. Qual é o seu nível de envolvimento com investimentos?
 - 4.1 () Ainda não invisto
 - 4.2 () Invisto de forma básica (ex: poupança, CDB)
 - 4.3 () Tenho investimentos mais avançados (ações, FIIs, etc.)
5. Você gostaria de aprender sobre quais temas?
 - 5.1 () Como sair das dívidas
 - 5.2 () Como começar a investir
 - 5.3 () Psicologia econômica
 - 5.4 () Organização financeira
 - 5.5 () Renda fixa (CDB, LCI, Tesouro Direto, etc.) e renda variável (Ações e FIIs)
 - 5.6 () Planejamento para aposentadoria
 - 5.7 () Renda extra e empreendedorismo
 - 5.8 () Finanças no CNPJ / gestão de empresas
 - 5.9 () Atualidades de macroeconomia para me atualizar na minha vida e empresa
 - 5.10 () Outro: _____
6. Como prefere consumir esse tipo de conteúdo?
 - 6.1 () Lives/palestras online
 - 6.2 () Cursos online
 - 6.3 () Palestras/Oficinas presenciais
 - 6.4 () Materiais escritos (e-books, guias)
 - 6.5 () Outro: _____
7. Qual é o melhor horário para participar de eventos ao vivo?
 - 7.1 () Manhã
 - 7.2 () Tarde
 - 7.3 () Noite
 - 7.4 () Indiferente

8. Qual é o melhor dia para participar de eventos ao vivo? (pode selecionar mais de uma opção)

8.1 () Segunda-feira

8.2 () Terça-feira

8.3 () Quarta-feira

8.4 () Quinta-feira

8.5 () Sexta-feira

8.6 () Indiferente

9. Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Depois de 5 anos, quanto você acha que teria na conta se deixasse o dinheiro crescer?

9.1 () Mais de R\$102,00

9.2 () Exatamente R\$102,00

9.3 () Menos de R\$ 102,00

9.4 () Não sei

10. Imagine que a taxa de juros da sua caderneta de poupança fosse de 1% ao ano e a inflação fosse de 2% ao ano. Após 1 ano, quanto você conseguiria comprar com o dinheiro dessa conta?

10.1 () Mais do que hoje

10.2 () Exatamente o mesmo

10.3 () Menos do que hoje

10.4 () Não sei

11. Por favor, diga-me se esta afirmação é verdadeira ou falsa: Comprar ações de uma única empresa geralmente proporciona um retorno mais seguro do que um fundo de ações.

11.1 () Verdadeira

11.2 () Falsa

11.3 () Não sei

Marque com um "X" conforme seu MODO DE PENSAR, de acordo com a escala ao lado:	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
12. Eu tenho a tendência de viver hoje e deixar o amanhã acontecer.					
13. Considero mais gratificante gastar dinheiro do que poupar para o futuro.					
Com que frequência você diria que essa afirmação se aplica a você?	Sempre	Frequente mente	Às vezes	Raramente	Nunca
14. Anoto e controlo os meus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais, caderno de anotações financeiras).					
15. Posso uma reserva financeira maior ou igual a 3 vezes a minha renda mensal, que possa ser usada em casos inesperados (ex.: desemprego).					

16. Autorizo o tratamento dos dados pessoais aqui fornecidos para utilização na finalidade proposta pelo presente formulário, em conformidade com a LGPD.

16.1 () Sim

16.2 () Não